



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 7/2022

SESSÃO ORDINÁRIA

21 de DEZEMBRO de 2022

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto Cardoso Almeida

2º SECRETÁRIO: Rita Margarida Passarinho Navalho

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

1. **Aprovação da ata da sessão anterior;**
2. **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
3. **Proposta - Grandes Opções do Plano 2023-2027 e de Orçamento 2023;**
4. **IRS - Participação Variável – 2023;**
5. **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar para o ano de 2022, a liquidar em 2023;**
6. **TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2023;**
7. **DERRAMA - Liquidar em 2023, referente ao ano económico 2022;**
8. **Proposta de autorização de compromissos plurianuais Contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transportes de passageiros do Médio Tejo;**
9. **Proposta de Adjudicação Empréstimo a Curto Prazo - a contratar em 2023;**
10. **Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) N.º 4;**
11. **Abertura de procedimento concursal – cargo direção intermedia 2º grau – divisão de desenvolvimento humano e social;**
12. **Tejo Ambiente - Empréstimos contraídos em 2022;**
13. **Informação económico-financeira da Tejo Ambiente, EIM, S.A., relativa ao 1.º semestre de 2022;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Maria Aida Costa Batista, Joaquim António Lopes Serras, Rui Manuel Lourenço Valente, Dora Grácio, Fernando Cascalheira Vasco, Marcelo Serras, Rita Margarida Passarinho Navalho, César Filipe Gonçalves Marques, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Adriano Chambel Grácio Martins, Vítor Júlio Outeiro Morais, Alcina Manuela

Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, António Fernandes, Duarte Nuno Alves Batista. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque e Patricia Susana André da Silva. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia informou sobre o pedido de renúncia da Senhora deputada Célia Dias, por motivos pessoais de força maior, assumindo a partir daquele momento, de forma definitiva, o Senhor deputado Marcelo Serras na bancada parlamentar do PSD. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos felicitando o município, em conjunto com os municípios Constância e Abrantes, pelo Projeto Caminhos Literários, com o escritor Luís Peixoto, para valorizar a vida das localidades mais pequenas, projeto que foi totalmente participado tendo sido, na sua opinião, uma aposta feliz. -----

Fez referência à Assembleia Intermunicipal ocorrida, na segunda-feira, na qual foram votados os documentos plurianuais, e houve muitas informações, uma das quais sobre a intenção de se vir a fazer uma linha de alta velocidade que não contempla a zona de Santarém, o que seria uma perda para esta região, também a questão do aeroporto de Santarém está em cima da mesa e todas as questões ligadas à comunidade. -----

Referiu ter-se lamentado a saída dos municípios de Vila de Rei a Sertã da CIM, por decisão unilateral do Conselho de Ministros. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, felicitando os órgãos sociais eleitos das associações de São Simão, Entrevinhas e Andreus, assim como o Getas e a Filarmónica União Sardoalense pelo seu aniversário. -----

Agradeceu à Associação de Moradores de Andreus por ter disponibilizado o seu espaço e pelo trabalho conjunto na organização da festa de natal da Freguesia de Sardoal, bem como a todos os que fizeram parte e estiveram presentes. -----

O Senhor deputado referiu o projeto Basquete Art, referido na última reunião de Câmara em que esteve presente, projeto com uma parceria conjunta com a Federação Portuguesa de Basquetebol, questionando quais os locais onde vão ser implementados esse projeto, quais são os campos de basquete e se existem ou não outros parceiros envolvidos nesse projeto. -----

O Senhor deputado fez referência à colónia de gatos, tendo sido proposta não formal da bancada do PS, tendo-lhe chegado a informação de que alguns animais senão todos, teriam sido vacinados com vacinas cujas datas estavam fora de prazo, questionando se foi

verdade, que medidas foram tomadas relativamente a esta situação e quem as administrou. -----

Questionou ainda se está previsto e com que periodicidade e se já fizeram a limpeza ao espaço envolvente ou se vai ser cedido à Junta de Freguesia algum tipo de material específico para a higienização do espaço, assim como materiais de recolha de dejetos, porquanto existe um protocolo muito antigo, entre a Junta de Freguesia e a Santa Casa, que, em contrapartida da cedência de terreno onde se encontra o ringue e o parque fitness, a Junta de Freguesia limpa o Bairro da Santa Casa, ou se essa tarefa será assegurada em permanência pela Câmara Municipal. -----

Continuou o Senhor deputado dizendo que em 16 de dezembro de 2019 a Assembleia de Freguesia de Sardoal aprovou por unanimidade um voto de recomendação para se alterar o nome da atual Rua Central da Tapada da Torre, para Rua Luís Manuel Gonçalves, proposta enviada a 8 de janeiro 2020 para o Senhor Presidente de Câmara e, até à data, ainda não se obteve qualquer resposta, questionando qual o ponto da situação deste assunto. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo ter contactado a família por causa da proposta, não tendo a família demonstrado grande receptividade e, perante estas reticências, não mais se mexeu no processo, contudo, na sua opinião, pode, em conjunto, perguntar-se à família se é essa a intenção ou não, que realmente querem para a rua. -----

Em relação ao projeto de basquete, disse ser para avançar com um campo na Tapada do Milheiro, e é um projeto em articulação com a Federação Portuguesa de Basquete, com a Federação de Voleibol, e outros. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo que a colónia de gatos não é um abrigo temporário e aquilo que existe são locais para comida sendo a limpeza feita pelos moradores e também pelo município, existindo um grupo de pessoas responsáveis por essa colónia que têm a responsabilidade de fazer esse trabalho. -----

O Senhor Presidente referiu que a proposta do Senhor deputado era algo diferente, sendo no sentido de se criar um abrigo temporário, transitório, em relação aquilo que é o CRO de Abrantes, e não há necessidade, porque os animais assim que são capturados vão imediatamente o CRO de Abrantes, Sardoal em Constância. -----

Sobre as vacinas, disse não terem existido vacinas fora de prazo, tendo acontecido com um animal, a questão de uma vinheta, que não estava correta, sendo que, quem administra as vacinas é o veterinário municipal. -----

Interveio o Senhor deputado referindo que a Junta de Freguesia é parceira no Projeto Basquete Art, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu ser correto, devendo aguardar-se que a Federação de Basquete faça a articulação com os parceiros. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia começando por se referir à Assembleia Intermunicipal, dizendo que um dos pontos discutidos foi a questão de Vila de Rei e Sertão saírem da NUT 3 Médio Tejo, tendo a proposta de lei sido discutida naquele dia, contudo, estes municípios em termos de fundos comunitários, aparentemente irão ficar com a Comunidade por mais 7 anos, basicamente até terminar o próximo quadro comunitário, 2030 e alguns campos, nomeadamente a Proteção Civil, também por opção dos próprios responsáveis de Protecção Civil locais, vão transitar para a Beira Baixa. -----

Informou ter sido aprovada a entrada do 2º Secretário da Comunidade a partir de janeiro, e que a deputada Joana Ramos apresentou aquilo que se fez na Assembleia Municipal dos jovens e parece ter sido bem acolhida, referiu ainda ter-se falado da questão da Central do Pego, sobre a questão dos funcionários da ex central, e da questão das inundações, bem como da questão de dívidas aos bombeiros, tanto da área da saúde, como da área da proteção civil e voltou a falar-se da questão dos aeroportos de Tancos e de Santarém. -----

Continuou o Senhor deputado enaltecendo a Assembleia Municipal realizada para os jovens, propondo que se trouxesse a questão a discussão sobre a constituição ou revitalização do Conselho Municipal da Juventude, questão abordado pelos jovens, que no passado houve alguma dificuldade em implementar. -----

O Senhor deputado questionou se houve situações graves ou muito graves por causa das chuvas ocorridas e que colocassem alguma família em perigo. -----

Continuou o Senhor deputado questionando sobre a escola, pois nas redes sociais foram postadas fotos de problemas ocorridos devido chuva, devendo aproveitar-se enquanto a obra está na garantia para que o construtor corrija essas questões, inclusive de drenagem dos espaços exteriores. -----

O Senhor deputado fez referência ao anuário financeiro publicado, tendo tomado nota de alguns critérios, nomeadamente, a independência financeira que o Sardoal apresentou de 10,2 %, em termos de volume despesa paga em 2021 o Sardoal está na 35ª posição, o maior peso nas despesas com pessoal sobre as receitas totais em 2021 o Sardoal está na quinta posição, sendo que em termos do rácio de número de funcionários por 1000 habitantes o Sardoal tem quase o triplo da média dos pequenos concelhos e, municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, está no oitavo lugar, estando em 19º lugar nos municípios com maior diminuição do orçamento inicial. -----

Continuou o Senhor deputado questionando sobre um abaixo-assinado que correu o concelho e foi entregue na Câmara Municipal tendo sido apreciado em reunião de Câmara, relacionado com o preço da água, assinado por mais de 500 pessoas e, a questão principal, não foi abordada, tendo sido dito que do ponto de vista formal, o abaixo-assinado não estaria bem elaborado, mas tem que ver com o que o Senhor Presidente disse na reunião de Câmara Municipal e disse também em Assembleia, estando expresso nas declarações de voto, quer na Câmara quer na Assembleia, pelos eleitos pelo PS, que foi promessa de que, após a entrada e após o aumento de água inicial, não haveriam mais aumentos além da inflação e o Senhor Presidente na altura não poderia assegurar esta questão. -----

O Senhor deputado fez referência ao sucedido na Freguesia de Santiago Montalegre, situação que não é agradável para ninguém, tendo chocado todas as pessoas, principalmente a posição assumida pela comissão concelhia do PSD, com o voto confiança na equipa que está, o que o preocupa, porque as pessoas neste e no último mandato faltaram à obrigação do controlo financeiro, ficando na dúvida se os restantes eleitos pelo PSD nas listas do PSD no concelho concordam com aquele voto de confiança pois existe uma cumplicidade política. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente a Assembleia referindo-se à questão das cheias, ter passado uma peça na TV a falar da inexistência de ambulâncias nos Bombeiros de Tomar, percebendo-se assim como se trata a Proteção Civil em Portugal, tendo sido frisado que uma das ambulâncias que lá estava era uma ambulância do Concelho de Sardoal, e, na sua opinião é o culminar do desprezo pela Proteção Civil. -----

Em relação à Assembleia dos jovens a sua intenção que essa sessão foi para que os jovens percebessem como funciona, que cada um tem a sua opinião e é um espaço de liberdade, e discussão para defesa dos seus argumentos. -----

Referiu ainda a questão dos rankings, os quais têm de se ver com muito cuidado porque englobam concelhos com diferentes números de população, criando diferenças difíceis de analisar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse também estar a perder-se muito tempo com a questão da água, dos resíduos sólidos e do saneamento básico, que está mais caro mas não vê tanta preocupação com os combustíveis, com o pão e com os cereais, não vê abaixo assinados e, todos estes bens aumentaram exponencialmente e, munícipes têm de perceber que não é só da água que se fala mas dos resíduos e do meio ambiente. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo, à justiça o que é da justiça, a qual saberá o que se há-de fazer, e à política o que é da política, não se devendo fazer julgamentos antecipados, na política ou na justiça, contudo foi a Senhora Presidente da Junta de Freguesia eleita pelo PSD que denunciou o caso. -----

Em relação à água e ao abaixo assinado disse que este não foi sobre o aumento da água, não era isso que estava escrito, foi reclamando porque os aumentos da água não estavam de acordo com aquilo que foi uma decisão tomada em 2019 e, o que disse em 2019 foi o que estava no estudo de viabilidade económica e financeira que foi aprovado, a projeção dos aumentos era que durante os próximos 15 anos não haveria aumentos a não ser a taxa de inflação. O abaixo assinado diz que estes aumentos da água, a 1 de agosto, são ilegais por causa do tal documento de 2019, e quem fez o documento, esqueceu-se ou por má fé ou por ignorância, que em maio tinha sido aprovado um novo EVEF, um novo documento com uma nova proposta de aumento de tarifas de taxas, por isso os documentos do dia 1 de agosto não são com base no documento 2019, mas sim com base no documento aprovado em 2022, o que é completamente diferente. -----

Referiu que o abaixo assinado está assente num pressuposto errado, lamentando, porque o abaixo-assinado é um instrumento muito importante na democracia, mas tem que ser bem utilizado e o pressuposto que estava assente naquele, é errado, falso e induziu muitas pessoas em erro, porque não existe qualquer ilegalidade, como referia o documento. -----

Em relação ao anuário financeiro referiu aguardar para que todos estejam com as delegações de competências assumidas e depois ver-se-á como é que as coisas serão, para que se possa fazer uma avaliação isenta, porque nem todos os municípios têm delegação de competências na área da educação ou nos bombeiros, lembrando também a aprovação da regularização dos precários. -----

Sobre a escola referiu existirem correções que têm vindo a ser feitas, e, em relação ao exterior, choveu tanto que foi impossível de controlar a capacidade de drenagem. -----

Disse não existirem situações graves provocadas pelo temporal. -----

O Senhor Presidente disse não existirem ainda condições para se formar um Conselho Municipal de Juventude, de acordo com a legislação, porque as associações não estão inscritas na Associação das Associações, mas irá avançar-se com um Conselho Municipal de Juventude “informal”, não existindo o formalismo havendo um espaço que se promove e se convida os jovens, pois tem-se aguardado que as associações regularizem suas situações e não tem havido essa proatividade por razões várias. -----

Interveio o Senhor deputado Fernando Vasco, referindo-se à questão do abaixo assinado, porque quando 564 pessoas de um município que tem cerca de 3000 pessoas, se pronuncia sobre algo, tem de se perceber o que é e mesmo estando mal escrito do ponto de vista formal, tem de se fazer um esforço para entender o que é que se queria dizer no documento que tem 6 linhas e, para si é objetivo, são pessoas residentes no concelho de Sardoal que manifestam o repúdio e a rejeição do aumento da fatura da água por parte da empresa Tejo Ambiente e na sua opinião deveria ter-se discutido o tema, sugerindo que o assunto pudesse ser discutido numa Assembleia Municipal, no período antes da Ordem do Dia, de forma a que o público se pudesse manifestar. -----

Continuou referindo-se ao problema de Santiago de Montalegre, sendo que a justiça deu a conhecer alguns indicadores, que o preocupam enquanto deputado, sobre a denúncia de dois homens que foram indiciados por crimes de peculato e falsificação, no período de 2017 a 2022 sendo valores superiores a 135000 €, o que é muito dinheiro para uma Junta que tem um orçamento à volta 30000€ por ano e, segundo o que também é dado a conhecer foram efetuadas transferências, falsificação de cheques da Junta e aplicação de valores e, enquanto deputado desta assembleia não compreende como a Junta de Freguesia, aprovando anualmente as contas, não tenha dado conta destes movimentos. --

Disse ainda não compreender o apoio solidário dado pela concelhia do PSD a estas pessoas intervenientes neste processo, quando deveria ter sido o contrário. -----

O Senhor deputado questionou sobre a situação dos médicos no concelho, tendo ouvido as explicações do Senhor Presidente da Câmara nos meios de comunicação e a solução que tem para esta questão, mas que não é viável em 2022, devido aos tratados europeus, ao direito do trabalho e ao direito à livre contratação. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o Senhor deputado não tem razão estando a fazer uma análise superficial daquilo que tinha dito. Referiu estar-se numa situação de emergência nacional e existem mecanismos, como existiram no Covid, estando a morrer gente provavelmente por causa dos tratados europeus, e havendo formas de resolver este assunto, situação fruto de más políticas, deste e dos governos anteriores, não existindo coragem política para decidir. -----

Em relação ao aumento da água, disse que a discussão foi feita em Assembleia Municipal e que o aumento das tarifas de água foi aprovado sem votos contra e o que quer é que seja apresentada uma solução alternativa aquela que existe. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco que referiu que a questão que levantou, foi de haver 564 munícipes que fizeram uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e que até agora não teve qualquer resposta e alguém tem que dizer a que é que se deve os 22% aumento da água. -----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que essa explicação já foi dada muitas vezes, mas para quem não quer perceber, nunca será suficiente. -----

Referiu o Senhor deputado Fernando Vasco que deve ser dada uma resposta formal ao primeiro signatário do abaixo assinado. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo ter explicado no editorial do Boletim Municipal a questão do aumento da água, tendo sido muito claro. -----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos sendo sua opinião que o tema deve ser discutido as vezes que forem necessárias para que as pessoas percebam. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Aida Batista referindo ter sido dito ter havido alguma ingenuidade por quem assinou e, tendo sido uma das signatárias, não foi ingénua, dado que, quando a água era da Câmara Municipal o máximo que pagou de água foi 18€ porque tem furo e com a nova gestão, começou a pagar um pouco mais e, aplicando os 22% do aumento daria 20 poucos euros, mas está a pagar 40, não lhe parecendo ser essa a taxa de aumento que está a ser aplicada, tendo assinou porque acha que é uma diferença brutal. -----

Referiu o Senhor Presidente que este é o aumento, sem qualquer duvida podendo haver leituras por estimativa e que faça essa oscilação. -----

Disse ainda que o cidadão que entregou o abaixo-assinado, esteve presente na reunião de Câmara seguinte, onde foi agendado um ponto na ordem de trabalho sobre este abaixo-assinado e o próprio cidadão no período do público fez uma intervenção. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves referindo que os pressupostos apresentados em 2019 e os quais foram aprovados, foram todos desvirtuados. -----

Intervenção do Público

Sem intervenções. -----

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da ata da sessão anterior;

Posta a votação a ata de sessão anterior foi aprovada por unanimidade. -----

2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento vem o seguimento daquilo que se tem feito, com participação em muitas atividades. Referiu o aumento da dívida de 839 mil euros, que tem a ver com as obras que foram feitas e os empréstimos para as mesmas, 317000€ para a Cabeça das Mós, 70000€ para a zona industrial, 255000€ para a biblioteca, que totaliza 642000€ e mais umas obras pequenas. -

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco questionando sobre os processos judiciais pendentes, pois o Senhor Presidente tem dito que se contratou um escritório de advogados para tentar resolver o problema da Barragem da Lapa e da verba que o município tem a receber, mas não encontra nada no documento. -----

O Senhor Presidente Câmara referiu ter dito numa reunião de Câmara, haver outras oportunidades e outros desenvolvimentos para Barragem da Lapa e, como tal, o processo ainda não entrou e poderá não ser tratado judicialmente. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, questionando sobre os pagamentos em atraso, porque é referido que o Município não regista pagamentos em atraso, contudo os acordos de execução com as Juntas de Freguesia e estando em dezembro, só foi pago até março, tendo passado mais de 90 dias, perguntando qual a razão porque o Município não cumpre o acordo estabelecido com as Juntas de Freguesia, não havendo nenhum documento em atraso, não havendo um relatório para enviar e se todas as Juntas estão em pé de igualdade. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que uma das razões é porque o acordo também só foi assinado a meio do ano. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo haver um acréscimo da dívida de quase 840000€ o que é preocupante e questiona se houve mais alguma evolução em relação ao PDM, desde de maio. -----

O Senhor deputado sugeriu ao Presidente da Mesa que se alterasse a ordem de trabalhos no que concerne ao orçamento porque se este for aprovado, outros pontos consideram-se intrinsecamente aprovados também, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que não, recordando que foi a bancada do PS que sugeriu que este ponto fosse discutido logo no início, tendo dado a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira para explicar sobre esta questão, que referiu que os pontos relativos ao IMI, derrama e taxas, não implica com o orçamento. -----

O Senhor deputado Miguel Alves voltou a questionar sobre o pagamento em atraso às

Juntas, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que no orçamento consta 35000€ para as Juntas e que tem a ver com o valor em atraso e que a situação é igual para todas. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que sobre o PDM não existem novidades, estando a receber-se inputs para a reunião de março, marcada pela CCDR. -----

Interveio o Senhor deputado Adriano Martins para saudar o executivo pela reunião com a Federação Portuguesa de Volei e a Associação de Basquetebol de Santarém para implementação de novas modalidades no concelho, indagando sobre o ponto da situação da montagem do Centro Cycling e também sobre a área de serviço das caravanas. -----

O Senhor Presidente informou, sobre o Centro de Cycling, que os percursos já estão escolhidos pela Federação Portuguesa de Ciclismo, havendo já a instalação de alguns materiais necessários sendo um projeto que em breve ficará concluído. -----

O parque de autocaravanas está em curso esperando-se que pelo menos no verão se esteja a funcionar. -----

3. Proposta - Grandes Opções do Plano 2023-2027 e de Orçamento 2023;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser um orçamento de 11123219 euros e o plano de atividades no qual incide este orçamento tem muito a ver com aquilo que é o desenvolvimento de muitas entidades com as quais a Autarquia articula, com a questão do quadro comunitário, da forma como os avisos comunitários vão surgindo, como o PRR, Portugal 2030, havendo alguns desafios no âmbito do Condomínio da Aldeia, no âmbito das AIGPs, no âmbito do Plano de Revitalização do Pinhal Interior, estando a Autarquia a preparar-se para que à medida que as coisas vão surgindo se possa ir apresentando as candidaturas de acordo com o documento apresentado. -----

Continuou dizendo que o orçamento está condicionado pela questão da Serra de Alcaravela, tendo ido a concurso a elaboração do projeto para as duas passagens hidráulicas, sendo um processo muito técnico, de cerca de 80 e poucos mil euros, não se sabendo o que vem a seguir, ou o valor que terá a sua intervenção. -----

Fez referência aos projetos no âmbito do apoio social, da educação, existindo um conjunto de projetos, de obras, que se quer realizar ou ter início no próximo ano, nomeadamente a Creche Municipal, um novo parque infantil no jardim de infância, aquisição de novas viaturas para o município, a biblioteca municipal, que está a andar com algum desvio de tempo de cerca de 50 dias, a reabilitação dos edifícios da Tapada da Torre, a requalificação do edifício do mercado municipal, a estação de serviço do parque de autocaravanas, a requalificação do jardim de infância da Presa, também se pretende investir na criação de

uma praia fluvial na Rosa Mana, aproveitando-se a intervenção que terá de ser feita no âmbito do furacão Elsa, o alargamento do Parque Empresarial, entre outros. -----

O Senhor Presidente enunciou obras e atividades a desenvolver, em diversas áreas como energia, cultura, turismo, desporto, floresta e proteção civil, associativismo, ação social. -----

Referiu ainda a necessidade de se criarem alguns lugares no quadro de pessoal, como sapadores de bombeiros, um assistente técnico na área do arquivo, um encarregado operacional no Centro Cultural, um assistente operacional coveiro e quatro lugares de assistentes operacionais para auxiliares de serviços gerais. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente que questionou como serão feitas todas as obras enunciadas pelo Senhor Presidente, sem dinheiro, se não se tem liquidez e se se vai pedir autorização para a contratação de um empréstimo de 500000€, se existe uma dívida disponível para o ano 2023, de 328000 €. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que tudo o que são obras comunitárias, a componente nacional não entra na capacidade de endividamento, é excecionada à capacidade de endividamento e irá fazer-se como se fez escola, como se está a fazer a biblioteca, como foi feito o centro de interpretação de semana santa e outros mais fazendo uma gestão diária e as contas, inclusive, a dívida aumentou porque foi feito empréstimo para obras e não por se ter gasto mal o dinheiro, existindo uma forma de a dívida não aumentar e que é, não fazer obra. -----

O Senhor Presidente referiu que este documento é um Plano Plurianual de Atividades e não foi feita qualquer promessa, o que se fez foi um levantamento daquilo que são as necessidades julgadas fundamentais para o concelho, num prazo de 5 anos e as necessidades vão sendo doseadas de acordo com aquilo que também vão sendo a abertura dos quadros comunitários nós não controlamos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia perguntando sobre a comunidade de energia renovável, se é o mesmo que o bairro solar que é um produto da EDP em que são montados painéis solares numa estrutura e permite introduzir poupanças na fatura de energia do proprietário do imóvel, que poderia ser no telhado Município ou do quartel dos bombeiros, e permite que os vizinhos do bairro solar se possam associar e ter benefícios, porque consomem também energia produzida por aquele equipamento. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que a comunidade de energia renovável é a identificação do conjunto de espaços municipais disponíveis, para pôr painéis solares que depois vai introduzir na rede para autoconsumo, sendo um modelo que está agora a ser implementado para os municípios, e se algum particular quiser fazer

uma análise neste sentido, a entidade Médio Tejo 21 está disponível para atender as pessoas e para dar explicações. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo-se à casa da Nacional 2, na antiga escola primária de Andreus, pois pelo que sabe está lá alojada uma associação do Município, questionando se existe possibilidade de coabitarem ou se haverá necessidade de arranjar novas instalações para esta associação. -----

O Senhor Presidente referiu que numa das salas estava a Associação de Caçadores, contudo, a estratégia do município é passar o parque de máquinas e viaturas para o sítio da escola primária e o espaço ao pé do eucalipto, será para as associações. -----

Continuou o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo-se ao projeto da praia fluvial na Rosa Mana, sendo que há cerca de um ano ou dois a bancada do PS popôs a criação de praias fluviais no concelho questionando objetivamente o local, devido à ETAR dos Panascos descarregar numa ribeira que chega à Rosa Mana, a ETAR da Presa já chegou a estar em ligação direta, preocupando-o o lugar e questionando o sitio exato em que fica. --

Sobre o documento referiu ser um orçamento de 11 milhões de euros parecendo estar acima do que é realizado nos últimos anos, questionando qual é o objetivo do executivo no que diz respeito ao crescimento e o desenvolvimento económico do concelho, tendo ficado com muitas duvidas do que analisou, porque no caso parque do Parque de Negócios de Andreus existe dois mil e poucos euros inscritos no orçamento, no caso do Parque Empresarial de Sardoal tem-se cerca de 150000, daquilo que vê que é a criação ou potencial criação de empresas, potencial de trabalho, não vê nenhum indicador que se vá nesse caminho. -----

Questionou ainda sobre a fixação de pessoas e o aumento da população residente, a opção estratégica tem sido criar os serviços, criar as condições, para que as pessoas possam procurar habitação no Sardoal e esperar que as pessoas venham morar para o concelho, mas se não têm trabalho no concelho de Sardoal, eventualmente podem preferir outras zonas para residir que fiquem mais perto dos locais de trabalho. -----

Em termos financeiros, não lhe parece que este orçamento tenha grande margem para obras emergentes referidas pelo Senhor Presidente, mencionando alguns projetos que o PS apresentou com custos de implementação reduzidos. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o município tem diversos instrumentos análogos aos sugeridos pelo PS e justificando porque é que alguns dos projetos apresentados não foram integrados no Orçamento. -----

Disse não ver nas propostas do PS do ponto de vista de desenvolvimento estratégico algo

importante que vá inverter a tendência que o deputado diz que existe, contudo, está de acordo com algumas das propostas e algumas já estão implementadas. -----

Sobre a Praia Fluvial, referiu que o emissário da ETAR vai sair praticamente a 50 m abaixo, o que se quer e está a ser feito, é que o tratamento seja cada vez mais eficaz e que não seja prejudicial à população, o estudo hídrico tem que ser feito para perceber se aquela água tem condições para tal. -----

Sobre a escola de Andreus referiu haver duas salas disponíveis, sendo que a ideia que se tem para aquele espaço não obriga à saída daquele espaço, o que se pretende e está a ser trabalhado no âmbito da Rota da Nacional 2, porque este local fica quase ao centro daquilo que é Rota da Nacional 2, é ter dois espaços para que as pessoas que ali passam, vindos do Sul, percebem o que vão encontrar a norte e vice versa, e dar a dinâmica daquilo que é economia do concelho, contudo, é um espaço ótimo para ser entregue à gestão de uma associação. -----

Sobre o vetor do crescimento económico e em que se reflete no orçamento disse ter referido o Parque Empresarial, no alargamento da zona industrial, falou naquilo que já existe como estratégia, do espaço partilhado para as artes e ofícios, referiu também a qualidade de vida, a qual é um fator, não se devendo menosprezar a atividade cultural do município, a qualidade dos equipamentos escolares e oferta que existe na escola e a qualidade do ensino, a qualidade do Centro Cultural, com dinâmica e como oferta, que acredita possa ser um fator diferenciador, assim como espaço de interpretação da Semana Santa, quer-se requalificar as igrejas e as capelas, existem algumas empresas, referiu também o investimento que se faz na Proteção Civil o facto de termos Bombeiros Municipais que é uma desvantagem que se tem em relação a outros municípios os quais não têm este custo em cima do orçamento. -----

Interveio o Senhor deputado Fernando Vasco que referiu ter notado vários projetos para Andreus existindo algo que seria essencial naquele local e até já foi publicada em Diário da República e nunca se conseguiu fazer nestes últimos anos tendo a ver com a ETAR de Andreus, e sabendo que não compete ao Município a construção do equipamento, questiona o que se tem sido feito, quantas vezes já se falou com a agência, para que isso se concretize. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que tem conversado com a Águas do Vale do Tejo, a qual tem dito que tem havido alguns constrangimentos, mas que até final do ano, o processo iria ter desenvolvimentos. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente perguntando se o Senhor Presidente já visitou o

estaleiro montado na ETAR de Valhascos porque era importante que os fregueses soubessem o que é que se vai passar, o que está previsto, pois entendeu que vai haver ali umas obras muito importantes porque está previsto um constrangimento de corte de vias. -----

Respondeu o Senhor Presidente que a exemplo daquilo que é feito noutras obras que não são feitas diretamente pela Autarquia, tem de haver informação a câmara depois faz o edital sobre as interrupções todas as alterações de trânsito como foi feito com as obras de Cabeça das Mós, e é feito à medida que há essa necessidade de intervenção na obra. -----

A Bancada Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente,

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023 que acabamos de discutir e votar, demonstram e confirmam a falta de visão e estratégia do executivo PSD, não de hoje, mas de há vários anos, para conduzir o concelho para o caminho do crescimento e desenvolvimento económico, estes com repercussões diretas na vida dos munícipes.

Estes documentos não apresentam qualquer estratégia para mitigar os problemas da diminuição de população, desenvolvimento industrial e comércio local.

De uma forma global, temos um orçamento no valor de 11M€, que se situa bastante acima do realizado nos últimos anos, pelo que, mais uma vez, sonhamos alto.

Em termos financeiros, os documentos são claros: a situação financeira do município, nomeadamente a liquidez financeira, tende a agravar-se, e muitos dos projetos listados vão continuar a aguardar por melhores dias.

Além de um conjunto de conjunto de investimentos, já em curso ou por urgência, pouco mais será possível concretizar.

Várias opções tomadas no passado, nomeadamente o não aproveitamento de fundos comunitários para fazer alguns investimentos, conduziram a que, hoje, realizados com fundos próprios, tenham contribuído para a falta de liquidez a que se assiste.

Apesar das dificuldades, não deixamos de propor, no momento próprio, alguns projetos, de baixo valor de investimento, mas com potencial impacto na realidade do concelho, nomeadamente:

- Criação de um Cartão Solidário com atribuição de benefícios nos serviços municipais à população residente, com idade superior a 65 anos ou portadores de deficiência;*
- Aquisição de Uma Unidade Móvel de Saúde;*
- Criação de um espaço Coworking;*

- Criação de Ciclovias nos acessos à Vila;
- Criação de um novo espaço de Estacionamento na proximidade da entrada do Agrupamento de Escolas;
- Restituição da realização da Festa da Flor;
- Restituição da realização da Feira dos Enchidos, Queijo, Mel, Azeite e vinho;
- Criação de um marco (Busto, escultura, etc...) evocativo da passagem de Gil Vicente pelo Sardoal, e transforma-lo num ponto de passagem "obrigatória" na rota da EN2;
- Atribuição de uma Bolsa de Investigação para apuramento substantivo da passagem de Gil Vicente pela Vila de Sardoal. (como, quando, porquê, etc...)

CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PRR (com elevadas participações):

- Mobilidade - Renovação de parte da frota automóvel através da aquisição de viaturas energeticamente mais eficientes

- Transição Climática:

-Instalação de equipamentos de energias renováveis nos edifícios municipais;

-Criação de Compostores comunitários;

-Incentivos à população na adesão à aquisição de equipamentos de produção de energia renovável

- Transição Digital:

-Formação digital aos funcionários, entre outras

O município apresenta hoje indicadores, tanto financeiros como não financeiros, que merecem reflexão, nomeadamente ao nível liquidez financeira, custos com pessoal e rácio de funcionários por 1000 habitantes.

Estes documentos não apresentam, em nosso entender, as soluções que todos desejamos para o nosso concelho, pelo que não podemos concordar com os mesmos, motivo pelo qual votamos contra na aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2023.

Sardoal, 21 de dezembro de 2022

Pelos Deputados Municipais,

Adérito Garcia"-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar, com 11 votos a favor, 7 votos contra e uma abstenção, as Grandes Opções do Plano e do Orçamento, assim como, por maioria, com 11 votos a favor (PSD), 5 votos contra (PS) e 3 votos de abstenção (Rita Navalho, Miguel Alves, Vitor Morais), aprovar o Mapa de Pessoal. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

4. IRS - Participação Variável – 2023;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o que se propõe é manter aquilo que tem sido feito no Município, que é manter os 5%. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2022, com 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

5. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar para o ano de 2022, a liquidar em 2023;

O Senhor Presidente da Assembleia leu a deliberação tomada em Reunião de Câmara. -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente questionando como se identifica os prédios que estão numa situação de agravamento do IMI, ao que o Senhor Presidente da Câmara referiu ser o Gabinete Técnico que faz esse levantamento. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes taxas e respetivas majorações/ reduções para o ano de 2022, a liquidar em 2023, nomeadamente: -

- Prédios rústicos: 0,8%

- Prédios urbanos: 0,325%

- Reduzir em 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados;

- Majorar em 20% a taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;

- Majorar o dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos (1,6%), com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo, da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido;

- A redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que vigora no ano de 2022, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar foi a prevista na tabela anterior, ou seja, 20€, 40€ e 70€ de acordo com o número de dependentes a cargo, 1, 2 e 3 ou mais respetivamente, com 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

6. TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2023;

O Senhor Presidente da Assembleia informou sobre a deliberação tomada em reunião de Câmara. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a aplicação da taxa municipal de direitos de passagem de 0,25€ para vigorar no ano de 2023, com 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

7. DERRAMA - Liquidar em 2023, referente ao ano económico 2022;

O Senhor Presidente da Assembleia informou sobre a deliberação tomada em reunião de Câmara. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aplicar a taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150.000 euros e, aplicar uma taxa de 0,01% para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho, com 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

8. Proposta de autorização de compromissos plurianuais Contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transportes de passageiros do Médio Tejo;

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que este assunto tem a ver com a deliberação tomada em na assembleia de 25 do 2 de 2022 e porque é uma despesa plurianual e não tem cabimento naquilo que foi a delegação de competências que esta assembleia deu ao Presidente da Câmara. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia informando que este assunto também passou na assembleia intermunicipal e para esta concessão foi feito um concurso internacional pela Comunidade Intermunicipal de Médio Tejo o concurso foi ganho pelo pela empresa RM Tejo, empresa participada 100% pela Rodoviária do Tejo, e o orçamento, a proposta é na ordem dos 36 milhões de euros, sendo o processo para entrar em vigor a partir de 1 de

Janeiro, estando a aguardar o visto do tribunal de contas que por sua vez exigiu que as assembleias municipais dos municípios que integram a comunidade assumissem também estes compromissos, e o que vai acontecer é um período de transição entre a rodoviária do Tejo e a nova empresa e ter-se-á os transportes geridos por esta nova empresa contratada pela Comunidade, por 8 anos. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromisso plurianual previsto, no valor de 544.199€, inerente à despesa a realizar ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros celebrado com a CIMT, bem como os ajustamentos decorrentes da atualização anual prevista com 19 votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

9. Proposta de Adjudicação Empréstimo a Curto Prazo - a contratar em 2023;

Tomou a palavra o Senhor presidente da Câmara referindo ter a ver com o empréstimo que se faz para se poder ir adiantando e serem feitos os pedidos de pagamento, precisa-se desta liquidez porque há um conjunto de faturas de fundos comunitários que têm de ser pagas primeiro e depois o valor e só se utiliza se for necessário. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria autorizar a adjudicação do contrato à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Tramagal, porquanto é a proposta economicamente mais vantajosa na ótica do município, conforme proposto pelo júri e considerar a perfeição do contrato com o adjudicatário, com 13 votos a favor (PSD, Paulo Falcão e Rita Navalho) e 6 votos de abstenção. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

10. Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) N.º 4;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo existir um conjunto de previsões que depois não se concretizam, dando como exemplo o Parque de Negócios de Andreus, e como tal há necessidade de se fazer um ajuste daquilo que é o orçamento porque se não é executado não se consegue ter a taxa de execução de 85% e é também as rubricas para a concessão de serviço público de transporte de passageiros delegação de competência da CIMT. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando sobre o valor dos transportes da CIMT ao que o Senhor Presidente respondeu ser um acréscimo de 1 cêntimo. -----

Continuou o Senhor deputado Adérito Garcia referindo constatar-se que aquilo que se prevê nem sempre se concretiza assim como as casas de banho do cemitério da Cabeça das Mós. -----

Respondeu o Senhor Presidente serem obras que já se encontram adjudicadas, tendo terminado naquele dia a obra de Montalegre e a mesma empresa amanhã começa na de Cabeça das Mós. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a Alteração Orçamental Modificativa – Revisão às Grandes Opções do Plano nro.4, com dezoito votos a favor (PSD e PS) e uma abstenção (Fernando Vasco). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

11. Abertura de procedimento concursal – cargo direção intermedia 2º grau – divisão de desenvolvimento humano e social;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que considerando até a delegação de competências em determinadas áreas e o volume do trabalho que tem existido achamos que é importante que haja este cargo de dirigente intermédio precisamente entre a execução daquilo que são as decisões políticas e os técnicos superiores e todos os outros executantes das nossas políticas. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a proposta de constituição do júri do concurso, apresentado pela Câmara Municipal, com dezoito votos a favor e uma abstenção (Fernando Vasco). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

12. Tejo Ambiente - Empréstimos contraídos em 2022;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo serem empréstimos para uma empreitada de construção do sistema de drenagem de águas de Vila Nova da Barquinha o fecho do sistema de abastecimento de águas de Corgas e Castelo de Bode, Mação e fecho do sistema de saneamento de águas residuais nos concelhos de Ourém, Tomar e Ferreira Zêzere. -----

Disse ser um procedimento em que existem dúvidas sobre a necessidade deste procedimento ser presente às reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, contudo o executivo entendeu que deveria ser analisado em Assembleia Municipal e será sempre assim. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria autorizar a contratualização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo com 11 votos a favor (PSD), 5 votos contra (Fernando Vasco, Paulo Falcão, Vitor Morais, Rui Valente, Miguel Alves) e 3 votos de abstenção (Rita Navalho, Aida Batista, Adérito Garcia). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

13. Informação económico-financeira da Tejo Ambiente, EIM, S.A., relativa ao 1.º semestre de 2022;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação económico-financeira da Tejo Ambiente, EIM, S.A., relativa ao 1º semestre de 2022. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser a informação daquilo que foi o primeiro semestre da Tejo Ambiente, é importante e fundamental e em alguns casos até de lei que a Assembleia e a Câmara acompanhem o trabalho da empresa, alertando para o facto de que o horizonte temporal é anterior ao novo EVEF. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que mesmo sendo anterior ao novo EVEF dá muitos sinais de alarme, em que houve 230000€ a menos de vendas e serviços prestados, por outro lado aumentou em cerca de 160 000€ a rubrica do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas mesmo com menores vendas. -----

Disse ainda o Senhor deputado, que o resultado operacional e todos os outros resultados negativos muito piores do que o primeiro semestre de 2021, o que o leva a questionar a gestão desta entidade porque não se sabe se o EVEF no segundo semestre irá conseguir recuperar este valor negativo. -----

Interveio o Senhor Presidente dizendo que os números são o que são, e a questão das opções de gestão esta podia ser sempre diferente, mas também não se saberia como seriam os resultados acreditando que todos estão a fazer o melhor possível assim como no sucesso desta empresa. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____